

## PRONOMES PESSOAIS: CONCEITUAÇÃO *VERSUS* USO

Loremi Loregian Penkal  
 Departamento de Letras  
 UNICENTRO, Irati - PR

**Resumo:** Este artigo objetiva discutir os conceitos atribuídos ao termo pronome nas gramáticas tradicionais e também em alguns estudos descritivos. Para tanto, resgatamos de que forma o termo pronome vem sendo abordado ao longo do tempo, bem como enfocamos sua origem latina. Analisamos, também, como é apresentada a categoria de pessoa e o paradigma tradicional dos pronomes pessoais, com ênfase à segunda pessoa do singular. Os resultados, apoiados em estudos descritivos, apontam para a existência de um novo quadro pronominal em uso atualmente no Português do Brasil.

**Palavras-chave:** Pronomes; gramáticas tradicionais; estudos descritivos

**Abstract:** This article discusses the concepts given to the term pronoun in traditional grammars and also in some descriptive studies. Thus, we trace back the way the term pronoun has been approached throughout time as well as we focus on its Latin origin. We also analyze how the category for person and the traditional paradigm of the personal pronouns are presented, focusing on the singular form of the second person. The results point out, based on descriptive studies, to the existence of a new pronominal framework currently in use in the Brazilian Portuguese.

**Key-words:** Pronouns; traditional grammars; descriptive studies

### O conceito de pronome

O termo pronome nos remete, etimologicamente, ao latim *pronomen* em que há a junção da preposição *pro* mais o substantivo *nomen* e cujo significado é: “*em lugar do nome*”. Tal acepção tem sido objeto de muitas reflexões e equívocos, uma vez que tem

sido invariavelmente (salvo pequenas variações) aplicada às definições das Gramáticas Tradicionais (*doravante* GTs).

Consultando algumas GTs, verificamos que Almeida, por exemplo, define pronome como “a palavra que ou substitui ou pode substituir um substantivo.” (1985, p. 170). Tal conceito pouco diverge em Sacconi, que afirma: “pronome é a palavra que substitui ou acompanha um substantivo.” (1986, p. 171).

Nos dicionários consultados, o panorama não é diferente, uma vez que buscam sua classificação nas GTs. O Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa registra no verbete pronome: “[do lat. *pronomēn*]. S.m. Palavra que substitui o substantivo, ou que o acompanha para tornar-lhe claro o significado.”

A divergência encontrada em Almeida, por um lado, e em Sacconi e no dicionário Aurélio, no entanto, é altamente relevante. Observa-se que o primeiro gramático apenas menciona o fato de que os pronomes são substitutos, ou têm somente função *anafórica*; enquanto os dois últimos já admitem, embora timidamente, que o pronome pode também *acompanhar um substantivo*, exercendo função *dêitica*<sup>1</sup>.

Também Said Ali, no começo do século XX, já alertava sobre o inconveniente dessa classificação de pronome somente como substituto do nome substantivo. De acordo com ele:

Por muito sugestivo que seja o termo, não satisfaz, contudo, à ciência da linguagem definir o pronome como palavra supridora do nome substantivo. Nada autoriza a crer que o homem, ao designar pela primeira vez os seres por meio de nomes com que os distinguir uns dos outros, se lembrasse ao mesmo tempo de criar substitutos para esses nomes. (1966, p. 92).<sup>2</sup>

Outros estudiosos, também, questionaram essa classificação de pronome como substituto do nome, Monteiro (1994, p. 29), por exemplo, aponta três problemas cruciais nessa definição: (i) nem todos os pronomes funcionam como substitutos; (ii) os que exercem essa função nem sempre substituem substantivos e (iii) há expressões substitutivas que não se classificam necessariamente como pronomes.

Em relação aos problemas apontados, Monteiro observa que embora os pronomes *eu, nós (a gente) / tu (você), vós (vocês)* não possuam valor substitutivo e sim valor essencialmente dêitico, ainda assim são classificados pela grande maioria das GTs

---

<sup>1</sup> De acordo com Dubois (1991, p. 168) a dêixis é um modo particular de atualização que usa ou o gesto ou termos da língua (chamados dêiticos) com o intuito de o sujeito referir o seu enunciado ao momento da enunciação, aos participantes na comunicação e ao lugar em que o enunciado se produz. Quanto à diferença entre dêixis e anáfora, Monteiro (1994, p. 46) aponta que esta reside em dois pontos: na fonte de informação (a dêixis remete para a situação extralingüística e a anáfora para o interior do contexto lingüístico) e no tipo de relação com o referente (enquanto na dêixis este é indicado de modo direto, na anáfora opera-se de fato uma substituição e o referente é designado previamente por um outro sintagma nominal).

<sup>2</sup> Vale lembrar que a primeira edição é de 1921/1923.

como pronomes substantivos. Além disso, os pronomes, mesmo quando assumem função de substitutos, nem sempre aparecem substituindo substantivos. Há várias situações em que os pronomes substituem, por exemplo, orações inteiras, um verbo, um adjetivo ou um advérbio. Vejamos, abaixo, os exemplos (a), de Monteiro (1994, p. 29); (b), (c) e (d) que são nossos:

- (a) - Eu deveria *sabê-lo*, tantas foram as vezes que eu li. (164.RJ.DID.M.I.)
- (b) - Este menino foi *àquela casa*.
- (c) - Este menino foi *lá*.
- (d) - Mário e Luís são primos. *Os dois* brigam muito.

No exemplo (a), acima, o pronome *o* não está em lugar de um nome, mas sim aparece retomando todo um discurso proferido anteriormente. Já em (b) temos uma locução ou sintagma preposicionado *àquela casa* (composta de pronome + substantivo) que pode ser substituída, como em (c), pelo advérbio *lá*; e em (d) quem exerce função anafórica é o numeral *dois*, o que mostra que a capacidade de substituição não é exclusiva dos pronomes.

Diante de exemplos como os citados, autores como Monteiro se baseiam em Jespersen (1924, p. 82), segundo o qual a idéia de que um pronome é um substituto para um nome é inadequada. Este autor prefere falar em *pro-nomes, pró-adjetivos, pró-advérbios, pró-infinitivos, pró-verbos e pró-sentenças*, em que, de acordo com esse raciocínio, a propriedade de substituição deveria estender-se a um conjunto de palavras substitutas e não ficar restrita ao pronome.

Já Jespersen se baseia, muito provavelmente, em autores do século XV como Sanctius, que considerava os pronomes como pertencendo ao campo dos nomes e afirmava que “antes de possuir um nome, toda coisa era chamada ‘isto’ ou ‘aquilo’. É porque, sendo os pronomes mais antigos que os nomes, não se deveria chamá-los de ‘pronomes’. Por isso, quando eu digo eu não se pode compreender que seja outra pessoa senão eu.” (SANCTIUS, p. 111, *apud* MENON, 1989, p. 6).

Portanto, conforme exemplificamos em (c) e (d), acima, outras classes como os advérbios e numerais também apresentam característica substitutiva e nem por isso são classificados como pronomes, fato que denota a inadequação da definição etimológica de pronome e que a substituição por si só não basta para definir tal classe. Ou seja, a definição etimológica de pronome precisaria dar lugar a uma reflexão mais aprofundada sobre a verdadeira natureza dos pronomes, quer dizer, sobre o significado e as funções que esse tipo de vocábulo exerce no enunciado.

Todavia, a questão da classificação do termo pronome é apenas um dos pontos problemáticos das classificações das GTs visto que, atendo-nos à questão pronominal, há vários outros, como ocorre com a classificação dos pronomes pessoais e com a definição da categoria de pessoa, que serão vistos na seqüência.

## Os pronomes pessoais (evolução do latim ao português)

Para compreender a composição do paradigma dos pronomes pessoais do português, resolvemos verificar como era o sistema de pronomes do latim. Sabemos que nessa língua havia formas específicas para indicar o falante (1ª pessoa) e o ouvinte (2ª pessoa), mas não existia forma específica de pronome pessoal de terceira pessoa. Vejamos abaixo como Crettela Júnior (1958, p. 32) apresenta o quadro latino:

QUADRO 1 - CASOS E PRONOMES DO LATIM

<b>Para a primeira pessoa do singular e plural:</b>		
CASOS	SINGULAR	PLURAL
Nominativo	<i>Ego</i> : eu	<i>Nos</i> : nós
Genitivo	<i>Mei</i> : de mim	<i>Nostrum</i> : dentre nós <i>Nostri</i> : de nós
Dativo	<i>Mihi</i> : a mim ou para mim	<i>Nobis</i> : a nós, para nós
Ablativo	<i>Me</i> : comigo, por mim	<i>Nobis</i> : por nós, de nós
Acusativo	<i>Me</i> : me	<i>Nos</i> : nos
<b>Para a segunda pessoa do singular e plural:</b>		
CASOS	SINGULAR	PLURAL
Nominativo	<i>Tu</i> : tu	<i>Vos</i> : vós
Vocativo	<i>Tu</i> : ó tu!	<i>Vos</i> : vós
Genitivo	<i>Tui</i> : de ti	<i>Vestrum</i> ou <i>vestri</i> : de vós
Dativo	<i>Tibi</i> : a ti, para ti, te	<i>Vobis</i> : a vós, para vós, vos
Ablativo	<i>Te</i> : de ti, por ti	<i>Vobis</i> : de vós, por vós
Acusativo	<i>Te</i> : te	<i>Vos</i> : vos

Fonte: Crettella Jr. (1958)

Em relação à terceira pessoa, a língua latina não possuía uma forma pronominal específica para indicar os elementos exteriores ao falante e ao ouvinte (ditos de terceira pessoa), conforme demonstrado no quadro acima para a primeira e segunda pessoas. Para tanto, “[...]a flexão verbal indicava quando o sujeito não era nem o ouvinte nem o falante, e a especificação desse sujeito era feita pelo respectivo nome substantivo ou por um pronome demonstrativo em função do campo mostrativo da comunicação.” (CÂMARA JR., 1979, p. 91).

Portanto, os pronomes demonstrativos supriam em latim, juntamente com os nomes substantivos, a ausência de uma forma específica de pronome de terceira pessoa. Havia, então, em latim um sistema de demonstrativos, cujos principais encontram-se elencados abaixo:

1. *is, ea, id* (este, esta, isto).
  2. *hic, haec, hoc* (este, esta, isto).
  3. *ille, illa, illud* (aquele, aquela, aquilo).
  4. *iste, ista, istud* (esse, essa, isso).
  5. *ipse, ipsa, ipsum* (o mesmo, a mesma; ele próprio, ela própria).
  6. *idem, eadem, idem* (o mesmo, a mesma).
- (CRETTELA JÚNIOR, 1958, p. 36)

De acordo com Câmara (1979, p. 93), na evolução do latim para o português, bem como nas demais línguas românicas, *o sistema de pronomes pessoais se ampliou com a emergência de uma série de 3ª pessoa*. De acordo com o autor, esse novo papel coube, então, ao pronome *ille* que teve seu valor dêitico enfraquecido e, com isso, perdeu a característica de *se reportar diretamente ao mundo bio-social que envolvia a comunicação lingüística: ille* (“aquele que vê ali”, e não – “ele”) *currit*.

No entanto, cumpre fazer a ressalva de que nas línguas românicas, em comparação ao latim, ao invés de uma ampliação ocorreu, de fato, uma redução<sup>3</sup> no sistema de formas para indicar a terceira pessoa, uma vez que, conforme elencado acima, havia em latim uma série de demonstrativos que eram utilizados para a terceira pessoa e apenas uma dessas formas – o demonstrativo *ille* – passou a ser o pronome de terceira pessoa do português, dando origem ao pronome sujeito *ele*, assim como a forma *illu[m]*, cuja evolução compreende os estágios: *illu[m]* > *ello* > *lo* > *o* deu origem ao pronome objeto *o* e ao artigo *o*.

Essa forma de terceira pessoa, assim como a primeira (*ego*) e a segunda (*tu*), em português, no entanto, não passaram a constituir uma classe unitária, pois há diferenças que opõem as duas primeiras pessoas à terceira. Tal oposição centra-se, justamente, na categoria de pessoa, conforme veremos a seguir.

## A categoria de pessoa

As GTs nos apresentam que os pronomes são caracterizados pela noção de pessoa gramatical e são os pronomes ditos pessoais que possuem como função básica indicar tal noção. Herdada da terminologia gramatical greco-latina – do latim *persona* (com o sentido de máscara, papel) – a noção de personalidade caracteriza-se, conforme veremos, em um legado bastante problemático em termos conceituais.

De acordo com Neves (2002, p. 44), Dionísio, o Trácio – responsável pela primeira gramática sistematizada da língua grega (séc. II a.C.) – foi o primeiro gramático a falar das pessoas do discurso e o fez quando da definição de verbo, indicando que as pessoas eram três e foram definidas a partir do discurso:

<sup>3</sup> Tal redução quantitativa no quadro de formas dos demonstrativos está ligada a um ganho qualitativo: a forma *ille* não tem o seu valor dêitico enfraquecido, mas ganha outros valores (anafóricos), servindo a uma gama maior de construções.

- 1ª - a que fala (de quem parte o discurso);
- 2ª - aquela a quem se fala (a quem se dirige o discurso);
- 3ª - aquela de quem se fala (sobre quem é o discurso).

Para Robins (1979), a gramática de Dionísio, o Trácio merece destaque por ter sido um registro da língua de um povo que teve grande influência na construção do pensamento ocidental. Afirma, também, que o modelo de descrição gramatical grego foi aplicado ao latim. Portanto, é da cultura grega que nossa tradição gramatical recebeu as maiores influências.

Logo, a definição que Dionísio, o Trácio, estipulou para as partes do discurso pode ser encontrada na íntegra e/ou com pequenas variações também na grande maioria das GTs da atualidade. Cegalla (1985, p. 151), por exemplo, apresenta-a da seguinte maneira:

[...] *primeira pessoa* é a que fala: *eu* (singular), *nós* (plural);  
*segunda pessoa* é a com quem se fala: *tu* (singular), *vós* (plural) e  
*terceira pessoa* é a de quem se fala: *ele, ela* (singular), *eles, elas* (plural).

Há várias críticas a essa definição de pessoa encontrada nas GTs. Uma delas diz respeito à oposição existente entre as duas primeiras pessoas e a terceira.

Do ponto de vista formal, por exemplo, de acordo com Câmara (1979, p. 93), o sistema de pronomes pessoais em português é dicotômico. De um lado, os pronomes de 1ª e 2ª pessoa mantiveram a estrutura latina: ausência da categoria de gênero e formas diferentes e independentes para o singular e o plural. Já os pronomes de 3ª pessoa carregam as marcas dos substantivos que substituem e possuem a estrutura morfossintática: feminino em *-ae* plural em *-s*. De acordo com o autor:

[...] conceptual e morfológicamente, o sistema de pronomes pessoais em português é a rigor dicotômico. De uma parte, há a antiga estrutura heterônima latina com *eu, tu, nós, vós*; de outra parte, a série de 3ª pessoa com a estrutura nominal feminino em *-a* e plural em *-s*. Os primeiros referem-se às pessoas que participam ativamente da comunicação lingüística; o segundo substitui no contexto lingüístico um nome substantivo, que por sua vez se refere a qualquer coisa que é assunto passivo da comunicação. (1979, p. 93).

Câmara (1979, p. 93) chama a atenção também para o caráter categórico que caracteriza o pronome de 3ª pessoa em face dos de 1ª e 2ª. De acordo com ele, e como ficou evidenciado na citação acima, o pronome de terceira pessoa é substituto, no contexto lingüístico, de nome substantivo e só adquire referência mediata e indiretamente através do nome substantivo. Já *eu* e *tu*, em contrapartida, incidem direta e imediatamente num dos pólos do eixo falante-ouvinte, da situação de comunicação.

A base para a discussão da definição tradicional de pessoa é Benveniste (1946), para quem a classificação apresentada pelas GTs é considerada um paradoxo,

uma vez que coloca em uma ordem constante e no mesmo plano os pronomes *eu*, *tu* e *ele*, quando há diferenças de natureza e de função entre este e aqueles: o *eu* se caracteriza pela sua homogeneidade e unicidade e se constitui na medida em que interage com um *tu* – interlocutor – opondo-se ambos à não-pessoa, *ele*: *eu/ tu x ele*.

Para Benveniste, só são pessoas o *eu* e o *tu*, enquanto *ele* é a não-pessoa; *eu* é aquele que enuncia a ocorrência discursiva que contém *eu*; já *tu* passa a ser a ocorrência a quem o discurso é dirigido. Por outro lado, alguns enunciados remetem a um referente externo, à chamada *não-pessoa*. O signo que denota essa realidade não-pessoal é o *ele*. Por isso, Benveniste agrupa em uma categoria *eu* e *tu*, que assumem caráter de signo somente na enunciação e, em outra, o pronome *ele*, que pode denominar referentes lingüísticos, não dependentes do contexto da enunciação. De acordo com ele:

[...] uma característica das pessoas ‘eu’ e ‘tu’ é a sua *unicidade* específica: o ‘eu’ que enuncia, o ‘tu’ ao qual ‘eu’ se dirige são cada vez únicos. ‘Ele’, porém, pode ser uma infinidade de sujeitos - ou nenhum [...]. Uma segunda característica consiste em que ‘eu’ e ‘tu’ são inversíveis: o que ‘eu’ define como ‘tu’ se pensa e pode inverter-se em ‘eu’, e ‘eu’ se torna um ‘tu’. Nenhuma relação paralela é possível entre uma dessas duas pessoas e ‘ele’, uma vez que ‘ele’ em si não designa especificamente nada nem ninguém [...]. (BENVENISTE, 1995, p. 253).

Percebe-se, das palavras de Benveniste, algumas características dos pronomes *eu* e *tu*. A primeira é a *unicidade*: *eu* e *tu* indicam pessoas e são de cada vez únicos; *ele*, de modo diverso, pode ser uma infinidade de sujeitos ou então nenhum.

A segunda característica é a *inversibilidade*: *eu* e *tu* são intercambiáveis e, ao mesmo tempo, complementares – o *tu* pode se inverter em *eu* e vice-versa – e nenhuma relação semelhante é possível entre *eu* e *ele* ou entre *tu* e *ele*, visto que *ele* em si mesmo não designa nada nem ninguém.

Uma terceira característica apontada por Benveniste diz respeito ao fato de que *eu* é transcendente ao *tu* e é interno ao enunciado, mas a transcendência e a interioridade podem inverter-se em *tu*, desde que *tu* passe a ser *eu* (1995, p. 279). Assim, de acordo com esse autor, a questão das pessoas do discurso levanta dois pontos principais:

(1) - correlação de pessoalidade – em que as pessoas *eu* e *tu* se opõem à não-pessoa *ele*;

(2) - correlação de subjetividade – que opõe *eu* (pessoa subjetiva) a *tu* (pessoa não-subjetiva) e tanto *tu* como *eu* se opõem a *ele*, forma não-pessoal.

Possenti (2002), utilizando os conceitos de Câmara e Benveniste, sintetiza dizendo que *eu* e *tu* (e o autor assume, com propriedade, junto com o *tu* o *você*) referem-se sempre àquele que fala e àquele a quem a fala é dirigida e não substituem nomes. *Eu* e *tu* não têm marcas de gênero nem plural, uma vez que são formas invariáveis empregadas tanto por mulheres quanto por homens (*você* tem marca só de plural). *Ele* pode ter flexão

de gênero e de número (ele, eles; ela, elas). Pode também referir-se a não-humanos. Ou seja, além de *ele* não ser uma pessoa de discurso (não participa de conversa, embora possa ser assunto dela) também pode se referir a animais e a objetos.

Monteiro (1994, p. 32) também afirmou que a noção de pessoalidade se estende indevidamente a elementos que não participam do ato discursivo e salienta que tal noção deveria aplicar-se somente ao falante e ao ouvinte. Utiliza as idéias de Benveniste (1946) e Mattoso Câmara (1979), e comenta que a terceira pessoa possui natureza e função diferentes, pois tanto se reporta a seres vivos como a coisas ou abstrações.

Monteiro argumentou, também, que desde a definição de Dionísio, o Trácio, os pronomes são alvo de constantes reflexões e equívocos, muitos dos quais ele analisa de forma detalhada em seu trabalho, que conclui:

[...] julgamos ser inviável a esta altura propor uma nova designação ou tentar uma sistematização mais adequada. É incoerente sem dúvida colocar na mesma classe vocábulos como *eu* ou *ele*, desde que ambos possuem funções e traços morfossintáticos inteiramente diversos. O dilema então se cria: ou se reorganiza tudo à luz de critérios mais lúcidos ou se busca aproveitar o que já está feito, chamando a atenção para as falhas de interpretação. (1995, p. 32).

O dilema apresentado acima por Monteiro não deixa de ser pertinente. No entanto, veja-se que esse autor também apresenta a questão de forma inadequada, uma vez que ele não esclarece em que sentido está utilizando a palavra classe (cujo grifo é nosso), pois se a entendermos como um paradigma, os pronomes *eu* e *ele* figuram sim na classe dos pronomes sujeito.

Nosso intuito, nessas considerações, foi tentar evidenciar pelo menos um pouco da vasta complexidade que envolve a classificação dos pronomes de segunda e de terceira pessoa. Para tanto veremos, na seqüência, entre outras coisas, de que forma as GTs classificam o pronome *você*.

## Pronomes de segunda pessoa nas GTs

Conforme vimos anteriormente, desde o início da formação do paradigma dos pronomes pessoais do PB foram ocorrendo adaptações e acréscimos que resultaram no seguinte quadro pronominal tradicional, extraído de Almeida (1985, p.172) (grifos nossos).

QUADRO 2 - PRONOMES PESSOAIS SUJEITO NAS GTs

PRONOMES PESSOAIS SUJEITO	
Pessoa Gramatical	Retos
1ª	eu
Singular 2ª	<b>tu</b>
3ª	ele, ela



1 <sup>a</sup>	nós
Plural 2 <sup>a</sup>	vós
3 <sup>a</sup>	eles, elas

Fonte: Cegalla (1985)

O quadro acima denota a realidade de como é apresentado o paradigma pronominal pelas GTs, bem como pela maioria dos livros didáticos que circulam pelas escolas brasileiras. Basta passar os olhos pelo quadro para constatar quão defasado ele está, se tomarmos como base o uso efetivo dos pronomes pessoais pelos falantes. É um quadro que, em função das mudanças ocorridas no Português do Brasil, se apresenta problemático e desatualizado<sup>4</sup>.

Um dos principais problemas centra-se, justamente, na segunda pessoa do singular, que continua sendo representada pelas GTs somente pelo pronome *tu*, enquanto o pronome *você*, que deveria figurar no paradigma pronominal junto com o *tu*, recebe uma grande variedade de classificações que não condizem com a função que tal pronome exerce.

De acordo com a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), os pronomes pessoais são classificados em *retos*, *obliquos* (reflexivos e não-reflexivos) e de *tratamento*. Em relação a essa nomenclatura, percebe-se que ela é opaca, no sentido que as pessoas não recuperam (mais) seu sentido: *reto* (do latim *rectu*): direto, que segue sempre a mesma direção; *obliquo* (do latim *obliquu*): não perpendicular, indireto; e *tratamento* (*tratar*, do latim *tractare*): travar ou manter relações com.

Kury (1964, p. 62) explica que *retos* seriam os pronomes que servem de sujeito; *obliquos* os que servem de complemento; *de tratamento*, formas de segunda pessoa do discurso criadas pela necessidade de um tratamento mais ou menos cerimonioso que, pela sua própria estrutura, levam o verbo para a terceira pessoa. Nesta última classificação, Kury, e a grande maioria dos gramáticos, incluem o pronome *você*.

Veja-se que aparentemente a definição de pronome de tratamento dada por Kury exclui desse rol os pronomes *tu/vós*, pronomes de tratamento por excelência. No entanto, observa-se que a definição de Kury leva em conta dois aspectos: o uso (para dirigir-se ao interlocutor em contexto mais ou menos cerimonioso) e a estrutura (expressão com um nome em posição nuclear). Assim, por esse segundo critério, *tu* e *vós* se distinguiriam das formas de tratamento.

Já Luft (1978, p. 117) dá conta de tal contradição, embora de forma também problemática, afirmando que a língua portuguesa apresenta duas formas de tratamento: um *direto* com os pronomes de segunda pessoa *tu* e *vós* e outro que ele denomina *pronomes de tratamento ou segunda pessoa indireta*: “segunda pessoa porque se referem ao ouvinte, mas indireta porque requerem os termos a eles relacionados (verbo,

<sup>4</sup> Há alguns estudos descritivos que apontam e comentam os problemas de tal paradigma, entre eles Faraco (1982; 1996); Monteiro (1994); Menon (1994; 1995).

pronome oblíquo e possessivos) na terceira pessoa”. Na *segunda pessoa indireta* Luft classifica as expressões: *você, o senhor, o doutor, o amigo, vossa senhoria, vossa reverendíssima*, etc.

Para Cegalla, “os pronomes de tratamento se usam no trato cerimonioso e cortês com as pessoas.” (1985, p. 152). Enquanto para Almeida o pronome de tratamento é “a palavra ou expressão que substitui a terceira pessoa gramatical” (1985, p. 314), e inclui nesse rol: *fulano, beltrano, sicrano, a gente*<sup>5</sup>, *você, vossa mercê, vossa excelência, vossa senhoria, sua senhoria e sua majestade*.

Verifica-se, portanto, falta de homogeneidade na classificação de pronome de tratamento dada pelos gramáticos. Conforme constatamos acima, para eles, pronome de tratamento denota tanto o tratamento indireto de segunda pessoa quanto um substituto de terceira pessoa gramatical.

O próprio Câmara apresenta variações quanto à classificação do pronome *você*. Analisando sua obra, verificamos que em “*Dicionário de Filologia e Gramática*” (1968, p. 355), por exemplo, *você* é classificado como pronome pessoal reto de segunda pessoa indireta. Já em “*Ele como um acusativo no português do Brasil*” (1972, p. 52) *você* é classificado como pronome sujeito pertencente ao quadro morfológico de terceira pessoa. Por outro lado, em “*Estrutura da Língua Portuguesa*” (1998, p. 120), ao discorrer sobre o sistema de pronomes adotado pelo sistema escolar, apresenta o pronome *você*, juntamente com *o senhor (a senhora); o (a); lhe; tu; te; ti; contigo*, como P2 (segunda pessoa).

Assim, não há na literatura tradicional uma classificação coerente ao pronome *você*, pois colocá-lo no rol dos pronomes de tratamento, ao lado de formas que são usadas em contextos específicos, como *Vossa Excelência; Vossa Majestade*; etc. é desconhecer completamente o uso de pronome pessoal do *você*. Prova disso é que na maioria das regiões do Brasil, inclusive, é a única forma para tratar o falante e, portanto, de segunda pessoa. Já na região Sul, conforme se pode constatar com mais detalhes em Loregian-Penkall (2004), existe, do ponto de vista lingüístico, uma interessante e variada distribuição *tu/você* para a segunda pessoa.

Por outro lado, classificar o pronome *você* como segunda pessoa indireta também é inadequado, pois basta considerar os diversos estudos descritivos – como, por exemplo: Menon (1994; 1995); Menon & Loregian-Penkall (2002); Loregian-Penkall (2004) – para constatar que há regiões em que o *tu* ainda subsiste e se relacionamos, por exemplo, o que Benveniste apresenta como traços para a segunda pessoa, podemos concluir que: *tu = você*.

A título de comparação com o quadro tradicional apresentado no início desta seção, apresentamos abaixo, de forma global e sem indicar pormenores quanto à sua utilização, o quadro dos pronomes pessoais sujeito em uso no Português do Brasil.

---

<sup>5</sup> Veja-se que incluir **a gente** no rol dos pronomes de tratamento é completamente descabido, uma vez que tal pronome está na esfera do *eu* e não há como ser *usado no trato com alguém*.

QUADRO 3-PRONOMES PESSOAIS SUJEITO EM USO<sup>6</sup>

<i>PRONOMES PESSOAIS SUJEITO</i>	
Pessoa Gramatical	pronomes
1 <sup>a</sup>	eu, a gente
Singular 2 <sup>a</sup>	<b>tu, você</b>
3 <sup>a</sup>	ele, ela
1 <sup>a</sup>	nós, a gente
Plural 2 <sup>a</sup>	(vós), vocês
3 <sup>a</sup>	eles, elas

Fonte: Menon (1995)

Ressaltamos que, com exceção da terceira pessoa<sup>7</sup> e da ressalva à segunda do plural, percebe-se uma duplicidade de formas que, dependendo da região, podem coocorrer e concorrer e em outras regiões pode-se encontrar apenas uma das formas. No entanto, de acordo com a discussão apresentada e com base nos estudos descritivos citados, consideramos que o Quadro 3 é aquele que melhor representa a realidade pronominal (dos pronomes sujeito) encontrada atualmente no Brasil.

Vimos, ao longo deste artigo, que há uma série de conceitos problemáticos envolvendo o termo pronome nas GTs. Os principais centram-se na definição da categoria de pessoa e na apresentação e classificação do paradigma dos pronomes pessoais. Diante disso, evidencia-se a importância dos lingüistas que, por meio de estudos descritivos, vêm demonstrando e, sobretudo, complementando as várias lacunas existentes.

## Referências

ALMEIDA, N. M. de. **Gramática metódica da Língua Portuguesa**. São Paulo: Saraiva, 1985.

BENVENISTE, É. **Problemas de lingüística geral I**. Campinas: Pontes, 1995.

CÂMARA JÚNIOR, J. Mattoso **Dicionário de filologia e gramática**. São Paulo: Ozon, 1968.

\_\_\_\_\_. Ele como um acusativo no português do Brasil. **Dispersos**. Rio de Janeiro: FGV, 1972.

\_\_\_\_\_. **História e estrutura da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.

<sup>6</sup> Mantivemos no quadro o pronome *vós* porque defendemos que seu uso, embora cristalizado, deva ser devidamente descrito e explicado.

<sup>7</sup> Embora Cerqueira (1993, p. 137) já afirme que *o pessoal* é pronome de terceira pessoa do plural.

- \_\_\_\_\_. **Estrutura da Língua Portuguesa**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CEGALLA, D. P. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985.
- CERQUEIRA, V. A forma genitiva “dele” e a categoria de concordância (AGR) no português brasileiro. In: ROBERTS, I. & KATO, M. (orgs.). **Português brasileiro: uma viagem diacrônica**. Campinas: UNICAMP, 1993.
- CRETTELA JÚNIOR, J. **Latim para o ginásio**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.
- DUBOIS, J. et alii. **Dicionário de lingüística**. São Paulo: Cultrix, 1991.
- FARACO, C. A. **The imperative sentence in Portuguese: a semantic and historical discussion**. Tese de Doutorado. University of Salford, 1982.
- \_\_\_\_\_. O tratamento *você* em português: uma abordagem histórica. **Revista Fragmenta**, Curitiba, no 13, 1996. p. 51-82.
- JESPERSEN, O. **The philosophy of grammar**. Londres: G. Allen & Unwin, 1924.
- KURY, A. G. **Pequena gramática**. Rio de Janeiro: Agir, 1964.
- LOREGIAN-PENKAL, L. **(Re)análise da referência de segunda pessoa na fala da região Sul**. Tese de Doutorado em Estudos Lingüísticos. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2004.
- LUFT, C. P. **Moderna gramática brasileira**. Porto Alegre: Globo, 1978.
- MENON, O. P. S. **Em torno do pronome**. Tradução da monografia apresentada como parte da avaliação da U.V. (disciplina) Histoire de l'Epistémologie et des Théories Linguistiques, Université Paris 7, D.E.A. de Linguistique Théorique et Formelle, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Analyse sociolinguistique de l'indetermination du sujet dans le portugais parlé au Brésil, a partir des données du NURC/SP**. Tese de Doutorado. Université de Paris VII, 1994.
- \_\_\_\_\_. O sistema pronominal do Brasil. **Revista Letras**, Curitiba, no 44, 1995. p. 91-106.
- MENON, O. P. S. & LOREGIAN-PENKAL, L. Variação no indivíduo e na comunidade: *tu/você* no Sul do Brasil. In: VANDRESEN, P. (org.). **Variação e mudança no português falado na região Sul**. Pelotas: EDUCAT, 2002. p.147-192.
- MONTEIRO, J. L. **Pronomes pessoais**. João Pessoa: Edições UFC, 1994.

NEVES, M. H. M. **A gramática: história, teoria e análise, ensino.** São Paulo: UNESP, 2002.

POSSENTI, S. **Dois notas sobre pronomes.** Artigo publicado on line em: [www.primapagina.com.br](http://www.primapagina.com.br) Acessado em 23/05/2004.

ROBINS, R. H. **Pequena história da lingüística.** Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.

SACCONI, L. A. **Nossa gramática: teoria e prática.** São Paulo: Atual, 1986.

SAID ALI, M. **Gramática histórica da língua portuguesa.** São Paulo: Melhoramentos, 1966.